



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

1

Processo: TC – 003207/989/20-3
Órgão: Prefeitura de Cerquilha

Senhora Assessora Procuradora - Chefe:

Em exame as contas da Prefeitura de Cerquilha, exercício de 2020, prestadas pelo Chefe do Executivo, em cumprimento à determinação constitucional.

A instrução inicial da matéria foi feita pela Equipe Fiscalizadora da Unidade Regional de Sorocaba (UR-09), cujo relatório aborda procedimentos de gestão envolvendo aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais (evento 48).

Em virtude dos apontamentos anotados naquele documento, o Sr. Aldomir José Sanson na condição de responsável foi regularmente notificado (ev. 51), apresentando a Prefeitura defesa anexada no evento 56.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

2

É o relatório.

Verifico que a Prefeitura obteve, nos 3 (três) últimos exercícios apreciados, PARECER FAVORÁVEL com recomendações à aprovação de suas contas, examinadas nos Processos TC-004859.989.19 (2019); TC – 004518/989/18 (2018) e TC – 006761/989/16-9 (2017).

Conforme se observa no item C.1, o Município aplicou **25,39%** da receita de impostos no **Ensino** e **99,21** dos recursos advindos do **FUNDEB** no pagamento dos profissionais do magistério, atendendo, respectivamente, a disposição dos artigos 212 da Constituição Federal e 60, inciso XII, do ADCT.

Atendido, também, o disposto no §2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

Afora isto, a Prefeitura observou a regra do artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/2012, diante da aplicação de **32,82%** da receita de impostos nas **ações e serviços públicos de saúde** (D.1).

Sobre o item B.1.6. – **Encargos** (fls.09). Os recolhimentos dos encargos sociais foram efetuados no exercício, possuindo o Município, Certificado de Regularidade Previdenciária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

3

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Sim
4	PASEP:	Sim

O Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Cerquilha – Fapem (TC - 004844.989.20-2).

Despesas com pessoal e reflexos, após ajustes¹, informou a Fiscalização o atendimento ao estabelecido no inciso III, alínea “b” do artigo 20 da L.R.F. (B.1.8.1, fls. 08) registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 71.416.198,43, correspondendo 47,99%.

Atestada a regularidade nos pagamentos (fls. 08) no que toca ao item **Despesas com Precatórios – B.1.5.**

Consta do relatório que a **Transferência à Câmara dos Vereadores - B.1.7.** observou o limite do Artigo 29-A, da Constituição Federal. (fls.10)

¹ Consideradas as despesas com profissionais da Saúde pagas a título de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, conforme item B.1.8.1. do laudo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

4

Com relação aos **Subsídios dos Agentes Políticos** - B.1.10. (fls. 13) a Fiscalização não constatou pagamentos a maiores que os fixados.

Quanto as **Despesa de Pessoal nos Últimos 180 (cento e oitenta) Dias do Mandato** foi observado o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Igualmente sobre as **Despesas com Publicidade e Propaganda Oficial**, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, "b", da Lei Eleitoral.

Também não foram constatadas irregularidades na **Gestão de Enfrentamento da Pandemia Causada pela COVID-19**.

O Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	B	B+	B
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B+	C+	C+
i-Saúde	B	B+	C+
i-Amb	A	B	C
i-Cidade	B+	C+	C
i-Gov-TI	C+	A	A

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

5

No exercício examinado, Cerquilho registrou o conceito geral B, mantendo a mesma faixa de exercícios anteriores, devendo mesmo assim, promover ações para melhora dos níveis de eficiência, eficácia e efetividade impressos à aplicação dos recursos públicos.

Relativo aos itens **A.1.1. Controle Interno; C.2 – IEGM – I-Educ (índice C+); D.2 – IEGM – I – Saúde (índice C+); E.1 – IEGM – I Amb (índice C); F.1. IEG-M – I-CIDADE (índice C); H.1. Perspectivas De Atingimento Das Metas Propostas Pela Agenda 2030 Entre Países-Membros Da ONU, Estabelecidas Por Meio Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável –ODS e H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.** Considerando as justificativas e providências regularizadoras comunicadas, proponho, de uma forma geral, sejam relevadas as impropriedades anotadas, sem embargo de recomendação para que a Origem se abstenha das práticas impugnadas e adote medidas objetivando melhorar os índices apurados, em especial os conceitos indicados pelos índices C e C+, e que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame in loco, confirme a adoção das medidas corretivas.

A respeito dos **Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos** (Cargos em comissão desprovidos das características próprias), embora não abordado especificamente na defesa apresentada pela Origem, ante vasta jurisprudência² da Casa no sentido “que os cargos em comissão devem ser utilizados em posições estratégicas e

² TC-66/026/08; TC-163/026/08; TC-247/026/08; TC-364/026/08 e TC-378/026/08.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

6

imprescindíveis para potencializar e elevar o nível da gestão pública. E, ainda, que “as atividades técnicas e burocráticas devem ser, necessariamente, realizadas por servidores concursados, em cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública e, ainda, em favor da profissionalização do funcionalismo”, sempre considerando a real demanda/necessidade de provimento. Sendo assim, o simples fato de constar na nomenclatura os termos “Chefe”, “Diretor” ou “Assessor” não legitima os cargos, que devem ter suas atribuições compatíveis com chefia, direção ou assessoramento, o que não se verifica nos casos em tela. ”, proponho sejam reiteradas recomendações sobre o tema constantes dos Pareceres anteriores.

Sobre as **Contratações de Pessoal por Tempo Determinado** item **B.1.9.**, consta do *Laudo* que ausência de excepcionalidade e transitoriedade inerentes às contratações temporárias de professores, em potencial desatendimento ao artigo 2º da Lei Municipal nº 1.365, de 21 de junho de 1989, alterada pelas Leis Municipais nº 2.495, de 16 de abril de 2003 e 3.362, de 04 de agosto de 2020 (Documento 16).

Salientado no Relatório a apresentação de justificativas genéricas (Documento 17) e inexistência de comprovação da necessidade das 321 contratações por tempo determinado de professores efetivadas em 2020 (documento 18).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

7

Alegou que na prática revela-se costumeira, demonstrando a necessidade permanente dos referidos profissionais e o insuficiente provimento de cargos públicos para respectiva a área, conforme quadro a seguir (Documento 19):

Exercício	TC	Contratações por Tempo Determinado - Educação
2019	-	546
2018	025483.989.19-0	472
2017	025113.989.18-0	504

Não verifiquei nas contas dos exercícios anteriores 2017, 2018 e 2019, respectivamente TC – 006761/989/16-9 (2017); TC- 004518/989/18 (2018) e TC-004859.989.19 (2019), salvo engano, item específico sob contratações de pessoal por tempo determinado.

O TC-025113.989.18-0 indicado no quadro acima, cuidou da **admissão de pessoal, por tempo determinado**, realizada pela Prefeitura Municipal de Cerquilha, no exercício de 2017, conforme ementa abaixo transcrita do Recurso Ordinário³ interposto em face da r. decisão que julgou ilegais os atos de admissão ali examinados em exame e lhes negou registro.

³ SEGUNDA CÂMARA - SESSÃO: 10/03/2020 – Publicação em 15/04/20



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

8

"RECURSO ORDINÁRIO. ADMISSÃO DE PESSOAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO. PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO. PROCESSO SELETIVO. EXERCÍCIO 2017. NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. NÃO PROVIMENTO. AFASTAMENTO DA MULTA POR NÃO ESTAR CONFIGURADA A REINCIDÊNCIA. PROVIMENTO PARCIAL. "

Por outro lado, atos de admissão de pessoal por tempo determinado após processos seletivos, da Prefeitura Municipal de Cerquilha, no exercício de 2018, que também foram julgados ilegais os atos de admissão, negando-lhes registro, teve alteração pelo Recurso Ordinário analisado e provido no TC - 014135.989.20⁴, conforme ementa transcrita:

*RECURSO ORDINÁRIO. CONHECIMENTO.
PROVIMENTO. V.U.*

O recurso comporta provimento. Admissões precedidas de processo seletivo, devidamente formalizado, publicado, utilizando provas como critério de avaliação, gerando listas de classificação final, bem como se destinavam predominantemente às áreas da saúde e educação, serviços essenciais que não podem

⁴ Primeira Câmara sessão 05/10/2020 publicação em 14/11/20



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

9

sofrer interrupção. A negativa de registro traria sérias consequências para aqueles que agiram de boa-fé, já que os servidores contratados submeteram-se ao devido processo seletivo, sendo aprovados nos termos do Edital, não podendo ser responsabilizados por eventuais falhas praticadas pela Administração. Recomendação.

Assim, considerando que as decisões acima foram publicadas durante o interregno do exercício examinado e como já indicado em diversos processos a *prática de admissões por tempo determinado em número expressivo de profissionais do Ensino pela Prefeitura Municipal de Cerquilha tem sido condenada de forma recorrente por este Egrégio Tribunal, proponho seja relevado o apontamento, sem embargo de recomendação para que a Administração abstenha-se das práticas impugnadas e observe com rigor legislação que rege a matéria.*

Conclusão

Ante o exposto, manifesto-me pela emissão de parecer **favorável às contas da Prefeitura de Cerquilha, relativas ao exercício de 2020**, sem prejuízo das recomendações sugeridas ao longo desta manifestação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

10

Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. 22 de novembro de 2020.

Paulo Sergio de Souza Loureiro

Assessoria Técnica